

REVISITANDO O CAMPO: O RETORNO E A PERMANÊNCIA NO MEIO RURAL

*Patrícia Alves Ramiro**
*Maria Inês Rauter Mancuso***

Resumo: Este estudo recupera dois estudos feitos em momentos e locais distintos do Estado de São Paulo buscando comparar a percepção que indivíduos e grupos residindo na zona rural têm sobre o campo e a cidade, utilizando essa percepção para justificar seus movimentos migratórios ou a ausência do desejo de migração. A releitura do primeiro dos estudos realizado na década de 70 foi com base nas preocupações do segundo estudo, já no início do século XXI, o qual desempenhou, portanto, o papel de quadro social da memória. O primeiro dos momentos vividos é representado, de maneira atualizada, pelas preocupações suscitadas no segundo. A impressão deste trabalho, porém, destaca a similitude das representações que se têm, uns e outros, do campo e da cidade, apesar dos momentos e lugares diferentes.

Palavras-chave: Campo. Cidade. Identidade. Migração. Reforma agrária.

Abstract: This study recovers two studies made in different times and places of the State of São Paulo aiming to compare the perception that individuals and groups living in rural areas have on the country and city, using that perception to justify their migration or lack of desire to migrate. The rereading of the first studies conducted in the 70's was made from the concerns of the second study, in the beginning of the XXI century, which has, therefore, the role of social framework of memory. The first of the two moments experienced is represented, so by updated, by the concerns raised in the second. The printing of this work, however, highlights the similarity of the representations that all of them have of the country and city, despite the different times and places.

Keywords: Country. City. Identity. Migration. Land reform.

Este estudo recupera dois estudos feitos em momentos e locais distintos do Estado de São Paulo, Brasil, buscando comparar a percepção que indivíduos e grupos residindo na zona rural têm sobre o campo e a cidade, utilizando essa percepção para justificar seus movimentos migratórios ou a ausência do desejo de migração. Do ponto de vista temporal, o primeiro desses estudos foi realizado no início da década de 70 do século XX, na

* Professora da Universidade Estadual Paulista /UNESP. e-mail: patriciaramiro@rosana.unesp.br.

** Professora da Universidade Federal de São Carlos /UFSCar. e-mail: inesp@uol.com.br.

região central do Estado de São Paulo, explorando sistematicamente as motivações para a permanência de indivíduos e/ou grupos sociais no meio rural (tais indivíduos e/ou grupos nunca haviam morado na cidade). O segundo estudo realizou-se no início do século XXI, no Pontal do Paranapanema, Oeste do Estado de São Paulo, conhecido por seus conflitos agrários de luta pela terra pelos movimentos sociais do campo, com indivíduos e grupos que, pela oportunidade de assentamentos, realizaram a migração urbano-rural, a qual, na verdade, foi um movimento de retorno ou, assim como no primeiro estudo, de manutenção do desejo de permanência na área rural. Buscou-se levantar, entre esses indivíduos e/ou grupos, as motivações que os levaram a empreender esse retorno ou as motivações para permanência. As técnicas de observação utilizadas foram entrevistas com questionários (*surveys*), entrevistas semi-estruturadas, observação direta, observação de reuniões, conversas livres. A releitura do primeiro dos estudos foi feita com base nas preocupações do segundo estudo, o qual desempenhou, portanto, o papel de quadro social da memória. O primeiro dos momentos vividos, sendo assim, é representado, de maneira atualizada, pelas preocupações suscitadas no segundo, o qual, ao compreender que permanecer ou retornar para a terra por meio da reforma agrária é um processo de escolha realizado com base na realidade vivida antes do ingresso na luta pela terra, coloca em pauta, de maneira intensa, a questão da ambiguidade da dicotomia rural/urbano.

A BALANÇA PERMANÊNCIA-MIGRAÇÃO

No período pós década de 50, fazia-se necessária a busca pela compreensão das transformações decorrentes do amplo processo migratório do campo para as cidades, focando a questão das novas identidades construídas na vida urbana, enfocando, ora as reminiscências do sujeito rural, ora os novos valores adotados para adaptação na cidade. Havia também pesquisas que colocaram a questão da migração por meio de outro ângulo: o da apreensão dos valores envolvidos no desejo de regresso e/ou permanência na área rural. Esses *pesquisadores da contramão* produziram material importante para comparações e percepções de mudanças da vida rural e urbana no decorrer desses cinquenta anos ao questionarem, não as razões e alterações decorrentes do processo migratório, mas, sim, as razões e motivações da escolha de permanência no mundo rural em uma época em que migrar parecia ser o corriqueiro. Uma dessas pesquisas foi realizada, no início da década de 70, pela socióloga Maria Inês Rauter Mancuso, intitulada *O fenômeno da permanência no sistema social rural*, na qual o objetivo central consistia em:

realizar um estudo exploratório sistemático sobre a permanência de indivíduos e/ou grupos sociais no meio rural. Com referência a este objetivo, a preocupação primordial é a reconstrução do Sistema Social Rural sob a orientação de um quadro teórico e, partindo dessa reconstrução, determinar as tendências relativas à permanência daquele e naquele sistema. (MANCUSO, 1975, p. 5)

Nesse caso específico não apenas o tema fugia aos padrões da época, mas a metodologia é igualmente singular. Mancuso trabalhou com o conceito de Teoria de Ação de Talcott Parsons (1962), mais especificamente o modelo AGIL,¹ procurando realizar suas análises pela seleção das alternativas de ação da população estudada. O *locus* da pesquisa foi o município de Itirapina, localizado no centro do Estado de São Paulo e distante 191 km da capital. A população total do município, na época, era de aproximadamente 7000 (31% economicamente ativa), dos quais 3000 (33% economicamente ativa) dependiam da agricultura e pecuária e 1700 (45% economicamente ativa) dependiam do setor de atividades Transportes, Comunicação e Armazenagem. A área rural do município era subdividida em parcelas que recebiam localmente o nome de bairros. Os critérios para reconhecimento dos bairros eram: 1) as linhas de leite que designavam o trajeto dos caminhões coletores de leite, a principal atividade rural comercial do município, 2) algum elemento natural, em especial riachos, do qual, inclusive, se derivava o nome do bairro: Bairro Passa Cinco, Bairro Cachoeira, por exemplo. Três foram os bairros percorridos: Itaqueri (que possui um núcleo urbano), com uma densidade demográfica de 5,63 hab por km²; Cachoeira, com densidade demográfica de 5,55 hab/km² e Passa Cinco com 2,97 hab/km². Das 287 propriedades rurais cadastradas na época, 67% tinham uma área de até 125 ha e 18%, de 125 a 250 ha. A principal atividade rural comercial, como se afirmou, era a pecuária leiteira. O leite era destinado, em especial, à Cia. Industrial e Comercial Brasileira de Produtos Alimentares (Nestlé). Os caminhões de leite buscavam o leite nas propriedades rurais e o levavam ao posto receptor da Cia., principal forma utilizada pela pesquisadora para ir da cidade às áreas rurais. Havia um posto receptor de leite da Nestlé na cidade e, diariamente, um caminhão saía de madrugada para ir à área rural, recolhendo os latões de leite cheios e deixando os vazios. O caminhão de leite era também o principal meio de locomoção para os habitantes da terra, dado que não era frequente a posse de carro próprio nem havia linha de ônibus. As estradas percorridas eram de terra, irregulares, muito esburacadas

¹ Constitui um enfoque de abordagem da Teoria do Sistema Social, que é uma extensão da Teoria da Ação. O modelo AGIL resume as variáveis importantes na conceitualização de sistemas a apenas quatro: 1) subsistema adaptativo, relacionado à necessidade de adaptação aos sistemas exteriores; 2) subsistema consecução de metas (Goal attainment), relacionado à necessidade de mobilização de recursos necessários à consecução de metas desejáveis; 3) subsistema integrativo (I), relacionado à necessidade de integração das unidades de ação; 4) subsistema manutenção de padrão (latency), relacionado à necessidade de “administrar” as tensões resultantes da possível contradição entre a motivação individual e as exigências sociais.

e ficavam intransitáveis em dia de muita chuva. Nesses dias, frequentemente o caminhão atolava e era preciso a ajuda de muita gente para que o caminhão continuasse transitando e não se perdesse o leite, resultado de um dia de muito trabalho. Os problemas com a linha de leite atingiam a todos, mesmo que não produtores de leite, pois o caminhão era o principal meio de comunicação com a cidade. A atividade leiteira condicionava os outros aspectos da vida dos produtores. A hora de levantar era determinada pela hora da ordenha e essa, por sua vez, pela hora em que o caminhão passaria. Portanto, quem quer que quisesse ir para a cidade, tinha que se adaptar ao horário do caminhão de leite. A produção agrícola, mesmo quando era a principal fonte de renda da propriedade, destinava-se inicialmente à subsistência. Plantavam-se hortas, raramente, criavam-se galinhas e porcos, atividades desenvolvidas pelas mulheres e pelas crianças, tal como chegou a ser expresso em redações escolares. Muitas crianças ajudavam também o pai na ordenha e na lavoura. O fabrico de queijo era também atividade das mulheres. A horta era geralmente cercada para protegê-la dos galináceos, que eram criados soltos, forma ideal para que eles próprios cuidassem de sua alimentação. Os porcos eram criados em mangueirões, e só em época de engorda e abate eram fechados em chiqueiros.

As dificuldades de locomoção entre a cidade e os bairros rurais determinaram também o ritmo da pesquisa de campo. Ia-se de caminhão de leite para um bairro rural, saindo da cidade ainda quando o sol não havia raiado e, a partir do ponto em que se descia, visitavam-se as casas a pé. Os moradores rurais assim também circulam dentro dos bairros e entre os bairros: a pé ou a cavalo. As distâncias que podiam ser vencidas por esses meios eram consideradas pequenas, quando não, tudo era muito longínquo. Algumas vezes, em especial quando tinha no bairro algum amigo, a pesquisadora dormia por lá e podia circular também a cavalo. Outro cuidado de pesquisa foi com não interferir na rotina de trabalho. Para conversar precisava-se, muitas vezes, esperar o término da ordenha, o trato com as vacas, a limpeza do mangueiro. Nesses momentos a conversa era mais solta e geralmente versava sobre o que estava sendo feito e muito dirigido pelo próprio morador rural. Perdia-se em informações sistematicamente coletadas por entrevistas mas ganhava-se em observação e em confiança. A observação direta, assim, em muito contribuiu para o levantamento de observações. Por exemplo, quanto às moradias e a sua variabilidade segundo a inserção da família nas relações de produção. As moradias eram simples, compostas de uma área interna e de uma área externa, geralmente banheiro (quando havia) e equipamentos toscos para lavar roupa e utensílios domésticos e de trabalho. Não havia encanamento de água para o interior das casas. Muitas casas não tinham energia elétrica, portanto não se tinha televisão e geladeira e o tipo de rádio mais comum era o de pilha. Regra geral, a simplicidade imperava, porém, havia mais conforto interno nas casas dos proprietários.

Nas casas dos parceiros e dos empregados, a impressão era de que era possível fazer uma mudança dispondo apenas de uma carruagem de mão, tão poucos eram os móveis. Às vezes pensava-se que era possível até ir-se embora sem nada levar, tão precários eram os móveis.

Ao todo, foram entrevistadas cinquenta e três pessoas, de dezesseis a oitenta e nove anos, das quais vinte e oito eram homens e vinte e cinco mulheres; vinte e cinco proprietários, vinte e cinco empregados e cinco parceiros. Além disso, trabalhou-se com fotografias e redações escolares, essas realizadas com crianças do ensino fundamental.² As entrevistas foram semi-orientadas, isto é, tinha-se clareza com relação aos objetivos, mas a conversa transcorria “solta”. Apenas se formulavam questões ou se emitia alguma opinião somente com o intuito de manter o interesse pela conversa. As entrevistas foram gravadas e depois transcritas. A gravação não produziu constrangimento às pessoas. Muitas pediam inclusive para se ouvirem depois. Um único caso aconteceu de resistência que foi contornada: uma mulher, esposa de um empregado, se inquietou com os objetivos da gravação, pois, dizia, certa vez um grupo de moços havia gravado conversas, gravação que serviu depois para chacotas. Uma outra situação aconteceu também com uma mulher, proprietária rural, que ficou muito tempo silenciosa logo após a chegada da pesquisadora em horário previamente combinado. Depois de muito perguntar sem ter respostas, o constrangimento tomou conta então da pesquisadora, que ficou sentada simplesmente, sem saber o que fazer, olhando a mulher, em pé, ao lado do fogão de lenha, entretida com o que cozinhava. Passado algum tempo que, na sensação, pareceram horas, a mulher tirou o avental, aproximou-se da mesa à qual estava sentada a pesquisadora, sentou-se também e disse: “Agora podemos conversar. Não podia antes, pois estava cozinhando pato e, quando se cozinha pato, não se pode falar para a carne não ficar dura”.

Uma questão relevante que aparece na pesquisa de Mancuso (1975) e ainda hoje é similar nos estudos de Sociologia Rural, alterando-se apenas as representações reais e ideais apresentadas, é a da ambiguidade da realidade entre o urbano e o rural. Os depoimentos permanecem sempre vacilando entre as atrações percebidas no ambiente urbano e as vantagens de permanecer no meio rural, ou seja, as pessoas, para realizarem suas escolhas, organizam-nas manifestamente com base em um balanço entre as vantagens de um e de outro meio. Realizam o que Mancuso chama de “balanço permanência-migração”, no qual a opção de ficar no campo é resultado de forças funcionais decorrentes das forças contrárias à evasão ativas. Segundo a autora (1975, p. 102),

² Na época, o ensino primário, equivalente às quatro primeiras séries do ensino fundamental atual, acontecia na própria área rural, em escolas isoladas localizadas em alguns bairros rurais. As crianças iam à escola a pé ou a cavalo, recursos também utilizados pela pesquisadora para locomoção no interior das áreas rurais.

as decisões, portanto, são possíveis de se alterar conforme se alterem não só as condições rurais e urbanas, mas também conforme se altere a percepção destas condições, o que pode ser ocasionado pela emissão continuada de “atrações” da cidade em relação à zona rural.

Não se pode, porém, simplificar esse balanço com base no que era manifestado. Começando pelas relações com o sistema natural, representado pelos animais e pela terra, tais relações eram valorizadas e acentuadas no processo de socialização. Durante a infância, essas relações compunham o conjunto dos “brinquedos” e assim as crianças eram introduzidas no sistema produtivo rural. Mesmo aqueles animais que representassem uma possível ameaça, como as cobras, exerciam certa atração. Contavam-se histórias em que se revelava certo prazer em correr riscos ao se enfrentá-los. Entre os adultos, a pesca e a caça eram atividades lúdicas, de lazer. O trabalho que os ligava diretamente à terra e aos animais permitia, portanto, a realização concreta de um “ego” que se constituía desde a mais tenra infância. Plantava-se e se colhia, animais nasciam e se desenvolviam. Assim os tempos eram marcados. As pessoas acompanhavam todo o processo produtivo e viam o resultado final. O sistema natural possuía valor que não se restringia ao econômico e instrumental. Era também valorizado expressivamente. A necessidade e o desejo da continuidade daquelas relações assumiam um papel mantenedor de padrão. Na repetição de tais relações e na transmissão de normas de comportamento e de valores que, comparativamente, pouco se alteravam, construía-se, para os moradores da zona rural, um sistema dentro do qual se podia agir com relativa margem de segurança social. A cidade, colocando-os em situações para as quais não estavam preparados para enfrentar,³ ameaçava sua segurança. Além disso, quando eles avaliavam a qualidade da vida que possuíam, o faziam comparativamente com moradores da zona urbana que possuíam nível de renda e de escolaridade que eles tinham. A esses níveis de renda, a participação na esfera de consumo urbano – lazer e alimentação – era percebida como inferior a que tinham na zona rural. Era percebida como inferior também o nível possuído de liberdade e era sentida como perdida a gratificação obtida com o trabalho direto com a terra e com os animais. A visão de mundo que os moradores da zona rural tinham, dada a dificuldade de acesso e de comunicação, situava-se nos limites espaciais e temporais desse sistema. As perspectivas de vida para os filhos definiam-se também nesses limites. Esse padrão particularista era reforçado pela afetividade que orientava a ação desses moradores.

³ Lembrar que, na época, apesar de a cidade de Itirapina ser de pequeno porte, as dificuldades de acesso e de comunicação provocavam uma distância cultural significativa entre os moradores da área rural e os da área urbana. Apesar de ser uma cidade pequena, as principais atividades estavam ligadas à ferrovia, portanto, eram atividades predominantemente urbanas.

Convém lembrar que, já no final dos anos 40 e início da década de 50 do século XX, Antônio Candido, em sua clássica obra, *Os Parceiros do Rio Bonito*, ao trabalhar a questão da posição ocupada pelo caipira e as relações sociais, chamava a atenção para o grande número de camponeses que migraram para a cidade de São Paulo, abandonando os gêneros tradicionais de vida caipira. Dizia-nos Candido (2001, p. 233-234):

ao contrário, a mobilidade de hoje conduz muitas vezes ao abandono completo dos gêneros tradicionais de vida, quer levando o caipira ao trabalho em zonas de agricultura moderna, onde se incorpora aos novos padrões, quer, sobretudo, incorporando-o ao proletariado urbano. O pessoal das indústrias, dos transportes rodoviários e ferroviários, da construção civil, das obras públicas, é, em grande parte, recrutado de seu meio. Da mesma maneira, nele se recrutam as empregadas domésticas e os empregados de toda sorte de atividades, qualificadas ou não, requeridas pelos centros urbanos. Uma pesquisa recente⁴ mostra que 48,92% das famílias vindas para a capital provêm de áreas rurais, e que a sua ocupação principal tornou-se o trabalho na indústria.

Mais contemporaneamente, no caso da Reforma Agrária pode-se afirmar que aquele balanço varia entre o identificado por Mancuso (1975), naqueles que veem na reforma agrária a opção de permanecer na área rural, porém é ampliado pela inversão agora do sentido migratório, significando, muitas vezes, migração da cidade para o campo. Nessa etapa histórica, de acordo com Ramiro (2008), é a cidade que perde seus antigos atrativos e o campo (re)surge como possibilidade mais atraente de vida.

Em seu trabalho, “Assentamentos rurais: o campo da sociabilidades em transformação. O caso dos assentados do Nova Pontal”, a autora pretende contribuir para discussão sobre a reforma agrária adotando como viés a interpretação do processo de construção da identidade social gerada pela adoção de novas formas de sociabilidade no meio rural, criadas pela possibilidade de permanência ou retorno ao campo por meio da implantação de projetos de assentamentos. No campo da sociabilidade rural, procura detectar quais os valores presentes nas ações ideais e reais dessas pessoas que passam, após conquista de um pedaço de terra, a conviverem diariamente num mesmo espaço e presenciam dificuldades e oportunidades iniciais semelhantes, embora carreguem histórias de vida particulares. Portanto, nem a origem dos assentamentos rurais brasileiros nem o perfil da população assentada é similar, há distinções não apenas entre os diferentes projetos de assentamento, mas também no perfil interno de um mesmo assentamento e, desse modo, as percepções que constroem após a conquista da terra expressam essa multiplicidade de sujeitos sociais inseridos no programa de reforma agrária.

⁴ A pesquisa recente a qual Antônio Candido se refere é a realizada por Vicente Unzer de Almeida e Otávio Teixeira Mendes Sobrinho, Migração rural-urbana: aspectos da convergência de população do interior e outras localidades para a capital do Estado de São Paulo. São Paulo: Secretaria da Agricultura do Estado, 1951.

A metodologia adotada por Ramiro (2008) para a compreensão do processo de construção dessas *novas identidades* surgidas através dos assentamentos rurais são os conceitos-tipo de *Gemeinschaft* e *Gesellschaft* (comunidade e sociedade), formulados por Ferdinand Tönnies, cuja natureza complementar e contraditória nos permite analisar as diferentes formas de organização social, conforme o momento e o movimento das vontades que caracterizam estes dois conceitos centrais. A interpretação das *categorias nativas* que dão sentido à vida inter e intradoméstica dos assentados se dá por meio da compreensão dos valores (componentes dialéticos da natureza social do ser humano) que ora atraem, ora afastam as pessoas umas das outras.

Com base na pesquisa empírica realizada no projeto de assentamento Nova Pontal, onde moram 122 famílias, localizado no município de Rosana, na região do Pontal do Paranapanema, a análise das ocupações anteriores ao ingresso na luta pela terra das famílias assentadas na Nova Pontal mostra um imenso contingente de pessoas que viveram em centros urbanos trabalhando como vigia, diaristas, eletricitas, soldador, escriturário, auxiliar de serviços gerais, operador de máquinas, pedreiros, domésticas, costureiras, açougueiro, pintores, mecânicos, carpinteiros, barrageiros e recepcionistas. Outros fizeram do assentamento a escolha de permanecerem vinculados às atividades agropecuárias, pois eram agricultores, bóias-frias, técnicos agrícolas, tratoristas, cerqueiros, capatazes, e domadores de animais. Quantitativamente, quando estas ocupações anteriores são agrupadas conforme o ambiente de origem, obtém-se um percentual de 62% de ocupações tipicamente urbanas e 38 % para as rurais. Esse levantamento das profissões anteriores ao ingresso no projeto de assentamento torna-se mais significativo quando se pensa a questão incluindo o enfoque de gênero. Nota-se que são as mulheres as que mais deixaram de realizar tarefas consideradas tipicamente rurais, com a grande maioria, 17,5%, declarando-se como “do lar”, seguindo-se as que eram domésticas, isto é, repetiam o que faziam em seus lares, mas de forma remunerada para outros e poucas com ocupações não vinculadas aos serviços de limpeza, fugindo às esferas consideradas tipicamente femininas. As exceções foram uma agente comunitária de saúde, uma advogada, uma recepcionista, uma vendedora ambulante e uma escriturária.

Essa grande variedade de ocupações anteriores, obviamente, está relacionada ao histórico da área e à inclusão de diferentes grupos no local: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Agricultores Sem Terra (MAST), Sindicato Rural do Município de Rosana e ex-funcionários. Dos trinta e seis titulares homens vinculados ao Sindicato, por exemplo, apenas onze declararam atividade rural antes do ingresso, sendo um tratador de animais, nove agricultores, um técnico agropecuário. Os demais, devido ao vínculo empregatício que tiveram com a construção

das Usinas ou atraídos para o município pela oferta de serviços à população eram: operadores de máquinas, vigilante, escriturário, pedreiro, encanador, armador, soldador, açougueiro, pintor, ambulante e um ex-pescador. Do grupo de mulheres titulares de lote vinculadas no início ao grupo do Sindicato, entre as dezesseis apenas três eram agricultoras, todas as outras eram: domésticas (três casos), donas de casa (seis), uma recepcionista, uma vendedora e outra cozinheira.⁵ A ênfase no número de profissões rurais aparecerá na população vinculada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no qual apenas oito dos trinta e dois titulares homens declararam ocupações profissionais anteriores tidas como urbanas: três carpinteiros, dois pedreiros, um motorista e um barrageiro. Todo o restante afirmou ser trabalhador rural, agricultor, lavrador e diarista. Já das sete mulheres titulares do MST apenas uma era bóia-fria, declarando-se o restante como *do lar* e doméstica. Quando se analisam as pessoas ligadas ao MAST, a situação se equilibra se o assunto é a profissão anterior conforme caracterização da origem rural ou urbana, pois dos doze homens, cinco declararam-se lavradores, sendo o restante formado por pedreiros, vigilante, dozeiro, auxiliar técnico, motorista e administrador. Entre as mulheres, a declaração de ocupação principal como relacionada aos afazeres domésticos se repete: são três donas de casa e uma ex-doméstica. Por fim, no grupo dos ex-funcionários consequentemente todos os homens eram trabalhadores rurais na fazenda, sendo dois campeiros, dois tratoristas, um cerqueiro, um capataz e um técnico agrícola. Das três mulheres titulares incluídas nesse grupo, apenas uma declarou também praticar atividades rurais na fazenda, outra cuidava da casa e das crianças e a terceira mulher trabalhava na cidade como auxiliar de serviços gerais.

Embora se saiba que mesmo no universo rural existe certa tendência de as mulheres cuidarem dos afazeres domésticos sozinhas, sabe-se que estas exercem outras funções para manutenção da agricultura familiar, especialmente nas áreas que circundam a casa da família, como a dedicação à criação de pequenos animais, hortas e pomares caseiros, atividades, muitas vezes, ainda desconsideradas como trabalho, fato que dificulta a classificação dessas mulheres que se declararam como *do lar*. Afinal, poderiam estar tanto no campo como na cidade. No caso dos homens, há um equilíbrio entre as profissões anteriores, porém, a vivência do mercado de trabalho nas cidades é 6% maior que as ocupações com o trabalho rural. São 53% para 47% os dados obtidos.

Compreender essa vivência na cidade pela qual muitos assentados passaram é fundamental para interpretação das práticas ideais e reais adotadas no cotidiano atual, dado que a percepção que têm da vida, os valores que adotam e as ações adotadas refletem a história de vida de cada um e expli-

⁵ Uma das mulheres titulares pertencente a esse grupo não informou a ocupação anterior.

cam seus modos de vida: atitudes, pensamentos, gestos, idéias, trajés, hábitos alimentares etc.

A observação sociológica histórica mostra que, nas primeiras décadas do processo de industrialização nacional, a percepção da vida na cidade dava-se através da comparação que os agricultores faziam dos grupos considerados semelhantes, com grau de escolaridade e aptidões similares e, sendo assim, as impressões do urbano eram filtradas pelo que consideravam seus grupos de referência. Como mostra Mancuso (1975, p.146):

as avaliações que estes atores fazem da vida citadina não se formam através de impressões recebidas diretamente do Sistema Urbano. Explica-se: estas impressões são recebidas pelos atores rurais como que “depuradas”, “filtradas” através de certos grupos de referência particularistas. Alguns grupos de referência definem as imagens projetadas pelo Sistema Social Urbano.

Na prática significa que, ao se imaginarem residindo na cidade, imaginam-se ocupando empregos com baixos níveis salariais e avaliam as vantagens e as desvantagens de cada um desses sistemas sociais. Essas referências particularistas indicam que “o sistema de referência é sempre particular, envolve sempre o próprio ator ou os atores com os quais aquele está em associação direta”. (MANCUSO, 1975, p. 148).

O diferencial da balança *permanência-migração* nos dias atuais está no fato de que a maioria dos personagens envolvidos no processo de escolha residência rural ou urbana e os estilos de vida correspondentes vivenciaram a cidade de maneira direta, fazendo agora suas escolhas com base em sua própria experiência de vida e não mais, em comparação a grupos semelhantes como era antes. Mesmo os que, como se viu anteriormente mantiveram-se vinculados às atividades rurais, devido ao crescimento das cidades, da ampliação do acesso às tecnologias de comunicação (especialmente a televisão e o rádio), do aumento do transporte do campo para a cidade e pelo fato de frequentemente terem algum conhecido, parente ou não, para visitar no ambiente citadino, puderam também obter suas avaliações com base em seu próprio olhar. A referência atual, portanto, está na história de vida de cada uma dessas pessoas e, como se demonstra aqui, parece confirmar as percepções negativas da cidade realizada pelos moradores da área rural de Itirapina na década de 70.

O REENCONTRO COM TERRA NO FINAL DO SÉCULO XX

Uma das etapas desta pesquisa consistiu em entrevistar noventa e seis moradores (entre titulares e co-titulares de lotes) sobre a percepção que tinham da situação de vida anterior ao assentamento, considerando a avaliação subjetiva referente a essa transição e a existência do desejo de permanência ou mudança do projeto de assentamento e, quando havia interesse

em alteração do local de moradia, se esta seria para outra área rural ou para alguma cidade. Foram pesquisados moradores de noventa e um lotes dos 122 totais, pois cinco dos entrevistados eram cônjuges do titular, contabilizando apenas um lote. Entre os informantes, sessenta e sete são homens e os vinte e nove restantes, mulheres. Quando questionados sobre a avaliação que fazem das transformações da situação de vida atual em comparação com a vida que tinham antes de ingressar no projeto de assentamento a percepção de melhora é compartilhada pela maioria dos assentados na Nova Pontal, correspondendo a um total de 76% das respostas obtidas. Apenas a intensidade dessa mudança permanece equilibrada: para trinta e três entrevistados melhorou muito e para trinta e seis melhorou apenas um pouco.

A opção pela vida campesina foi realizada no momento da decisão pela inclusão no processo de reforma agrária, sendo assim, como estão assentados no Nova Pontal há quase dez anos, é de se esperar essa avaliação positiva, pressupondo que as pessoas precisam dar significado a suas escolhas para seguirem sua vida. Ramiro (2002), em pesquisa realizada em um bairro composto por uma população pobre na capital do Estado do Rio Grande do Norte entre os anos de 1999 e 2001, Mãe Luísa, em Natal, observou que residir naquele local era tido como algo vantajoso para seus moradores, apesar do estigma e da fama de bairro violento que o local carrega. Assim também os moradores de Copacabana, pesquisados por Gilberto Velho (1973), em sua maioria, desejavam permanecer no bairro carioca. Tanto no campo, quanto na cidade, pode continuar válida a afirmação de que “o que muda são as motivações e os valores nos quais as pessoas constroem seu discurso a fim de dar sentido à situação vivida”. (RAMIRO, 2001, p. 115). Cabe, portanto, detectar o respectivo peso que as motivações comunitárias e societárias apresentam nessas escolhas.

A construção da identidade social de cada um deles na condição de assentados passa pela percepção da ambigüidade da realidade rural/urbana e permanece sendo pautada no balanço permanência-migração descrito anteriormente. Todavia, para os que eram trabalhadores rurais e se uniram aos movimentos sociais de luta pela terra ou instituições que apoiam a reforma agrária (como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais) envolvidos nessa pesquisa, a mudança deu-se, principalmente, na passagem da situação de empregados para *patrões*, no sentido de serem donos de suas terras e de sua força-de-trabalho ser usada em benefício da família, o que chamam de *trabalhar por conta*. Reportam-se à questão de se perceberem como proprietários de seu lote (embora juridicamente não o sejam) e ao fato de gerarem renda para si mesmos. As falas de alguns desses casos podem ser elucidativas da questão: *Era bóia-fria. Agora sou proprietário. Tenho liberdade, facilidade das coisas e acesso ao crédito. Foi da escuridão para claridão!* (assentado, cinquenta e três anos) *Melhorou muito porque tomava conta de*

fazenda no Mato Grosso e ganhava pouco. Hoje tenho renda e a renda é minha, não é mais do fazendeiro. (assentado, cinquenta e dois anos).

Para diversas pessoas, o retorno ou a permanência na terra aparece como sinônimo de moradia, de trabalho, de estabilidade e de tranquilidade. Isso porque, ao fazerem um balanço de sua trajetória de vida, sentem que alguns valores, muitas vezes derrotados por outras vantagens imaginadas na vida citadina em décadas antecedentes, retornam agora para reafirmar ou revalidar as vantagens do meio rural. Seguem alguns dos depoimentos nessa direção: *Na cidade é vida de pagar aluguel, mais difícil. Aqui trabalha, tem.* (assentada, trinta e cinco anos) / *Melhorou muito. Dá para criar os bichinhos: galinha, porco. Quer vender uma galinha, tem. É mais melhor do que na cidade. Na cidade ninguém cria nada.* (assentada, sessenta e seis anos). *Na minha cabeça, eu acho assim: lá pagava muita água, muita luz, consegui aposentar, graças a Deus! A gente tem uma misturinha para comer.* (assentada, sessenta e cinco anos) / *Melhorou muito em tudo. Até na união, tem paz, tem sossego. A gente trabalha, mas sou feliz.* (assentada, cinquenta e dois anos). *É o sossego. Peguei o lote, agora tenho minha vacininha para tirar leite... Sossego! Vou para cidade não agüento nem ficar três dias.* (assentada, cinquenta e quatro anos). *Pelo menos sossego, eu tenho. Não existe dinheiro no mundo que paga meu lote. Pelo sustento, que é mais confortável, pouco, mas a gente tem uma garantia.* (assentado, quarenta e seis anos).

A avaliação pode servir-se da depreciação ou da valorização de determinadas características percebidas. Quando se trata de valorizar a vida rural, as imagens recorrentes são, ainda hoje, muito similares às que aparecem em trabalhos anteriores (como o de Mancuso (1975), por exemplo) por enfatizarem questões como a tranquilidade da vida no campo, a beleza da natureza, a paz, o prazer das criações de pequenos animais, fatores não essencialmente econômicos, mas ambientais e culturais. Culturais porque, juntamente com as vantagens funcionais das criações de pequenos animais e das hortas caseiras como garantia de alimentos a baixo custo e com maior rapidez, por não dependerem da locomoção aos centros urbanos ou mercantis, geralmente distantes (o que demanda não apenas tempo, mas dinheiro também), essas atividades aparecem vinculadas a aspectos culturais da vida campesina. Acompanhar as crias dos animais, regar as hortas e vê-las brotar até chegada a época da colheita são atividades tidas como prazerosas para quem se dispõe a fazê-las. As galinhas, diferentemente das granjas comerciais, são inúmeras vezes criadas soltas pelo quintal e circulam livremente dentro das casas, fazendo parte do ambiente doméstico dos assentados. A paisagem também aparece como fator vantajoso perante a cidade. Dona Luísa, por exemplo, contou que tudo começou com o sonho do marido em ter um lote e que, atualmente, não consegue se imaginar morando da cidade. Recorre em seu imaginário à cena do reflexo da lua na água de uma

novela televisiva para explicar a vista que tem em seu lote. Quando perguntada, durante entrevista, sobre o que mais gosta em seu lote, responde:

Ai tudo. Eu adoro ficar em pé ali na porta da sala e olhando assim para o rio. Você quer ver quando é noite de lua cheia, que a lua vem e bate na água! Não sei se você se lembra de uma novela, Porto dos Milagres, que passava? A imagem é a mesma. Então eu fico tempos ali até a lua subir... tem hora que é da janela do meu quarto, hora que é ali de fora. Então é muito bonito. Eu adoro aquele cenário ali. (Dona Luísa, quarenta e três anos).

Quando essas representações ideais referem-se à depreciação da vida urbana, a promessa equivocada de que o crescimento econômico potencializado pelas e nas cidades desembocaria em desenvolvimento social veio acompanhada dos inúmeros infortúnios causados, especialmente aos trabalhadores pouco qualificados, em sua maioria, oriundos do campo, tais como: a violência nos grandes centros, o alto índice de desemprego, o preço dos serviços básicos, como tarifas de água, luz e telefone, o alto custo da alimentação e do aluguel, enfim, esse processo de migração cidade/campo se dá por meio da redefinição dos valores considerados importantes (conforme exposto anteriormente) e também devido ao processo de inclusão social injusta vivido na cidade. A recusa pelo termo excluído dá-se por se compartilhar da visão de Martins de que:

“Excluído” é apenas um rótulo abstrato, que não corresponde a nenhum sujeito de destino: não há possibilidade histórica nem destino histórico nas pessoas e nos grupos sociais submetidos a essa rotulação. “Excluído” e “exclusão” são construções, projeções de um modo de ver próprio de quem se sente e se julga participante dos benefícios da sociedade em que vive e que, por isso, julga que os diferentes não estão tendo acesso aos meios e recursos a que ele tem acesso. O discurso sobre a exclusão é o discurso dos integrados, dos que aderiram ao sistema, tanto à economia quanto aos valores que lhes correspondem. (MARTINS, 2003, p. 31).

Essa depreciação da vida cidadina revelou-se em algumas falas como: *Na cidade tudo o que ganhava, gastava.* (assentada, trinta e um anos). *Em tudo melhorou. Era emprego, não tinha nada. Hoje tenho meu leite, planto. Melhorou 100%.* (assentado, cinquenta e seis anos). *Porque trabalhava de empregado, não tinha vida própria. Às vezes dava quinze horas de serviço por dia. Hoje tenho mais recurso financeiro.* (assentado, cinquenta e quatro anos). *Trabalhar por conta própria. Já fiz muita hora em barragem. Independência.* (assentado, cinquenta e quatro anos). *Porque se tivesse na cidade, na minha idade, uma firma não pega mais.* (assentado, cinquenta e sete anos). *Os filhos não andam na rua bagunçando. Ficam em casa. Gasta menos, evita pagar a luz cara e a água (que é de poço cacimba).* (assentado, quarenta e três anos).

Quando a percepção da situação de vida no decorrer do tempo anterior e posterior ao ingresso no assentamento é de inalteração da vida, dez assentados declararam não terem sentido mudanças significativas. Nesses casos, a vivência da cidade é bastante nítida, afinal a situação continua na mesma, pois consideram que permanecem sem dinheiro, assim como antes, ou por terem ingressado por meio da compra de benfeitorias, e ainda não tinham sua situação regularizada perante o Instituto Nacional para Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e/ou a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” (ITESP) para poderem acessar a linha de crédito ou porque no passado tiveram algum emprego de baixa remuneração ou realizam alguns bicos na cidade e percebem na agricultura uma situação permanente de instabilidade financeira. Vejam-se algumas das respostas fornecidas durante a pesquisa: *Porque só agora irei pegar financiamento. Fiquei três anos sem financiamento.* (assentado, quarenta e quatro anos). *Porque não tenho renda de nada. Tudo o que planta, perde. Na cidade, pelo menos, estava empregado.* (assentado, quarenta anos). *Por enquanto não estou vivendo do lote, estou empregado. Vou pegar o dinheiro agora.* (assentado, quarenta e dois anos). *Muito contratempo da natureza. Lavoura não deu certo, pecuária não deu certo. Lavoura demora e não dá preço. Falta renda mensal.* (assentado, trinta e nove anos). *A agricultura não dá muita força pra gente. Planta, vai vender não tem preço. Leite também. Nos somos muito desmotivados.* (assentado, quarenta e três anos).

Dois desses acreditam que nada mudou porque já eram agricultores antes, mas, enquanto, para um, a semelhança está no exercício da mesma atividade, afinal diz que buscou na reforma agrária terras para poder colocar gado, pois já trabalhava com venda e compra do mesmo, o outro criticou a situação dos dois últimos anos devido às condições climáticas inadequadas para agricultura e também a ausência de políticas de governo para solucionar a questão dos agricultores, como a queda que sentiam no preço do leite naquela época, chegando a receber apenas R\$0,17 pelo litro do leite. A principal motivação resultante da balança permanência-migração é econômica em grande parte dos casos e, quando a avaliação da situação de vida passada e presente é negativa, visualizando, portanto, uma piora na mesma, são as dificuldades financeiras para sobrevivência no campo, novamente, os fatores recordados para justificar sua resposta. A ausência de estabilidade, as dificuldades enfrentadas pela agricultura como baixo preço dos produtos retornam nas falas de outros assentados entrevistados: *Antes era empregada, recebia salário.* (assentada, quarenta e sete anos). *Minha renda hoje é menor.* (assentado, trinta e seis anos). *Em matéria financeira. Eu era pedreiro...* (assentado, cinquenta e seis anos). *Hoje a lavoura não têm preço. Às vezes não produz. Antes tinha emprego fixo, aqui não tem ganho fixo, né?* (assentado, trinta e seis anos). *Está mais difícil. Eu não devia em banco, hoje devo. A maior dificuldade é essa.* (assentada, quarenta

e cinco anos). *Está pior a vida, porque você planta e não colhe. Antes trabalhava de empregado. Estou com o milho bonicado⁶ e não chove.* (assentado, quarenta e cinco anos).

A falta de saúde física também pode ser limitante da vida rural, vista a demanda de atividades que impõe no lote, mas não é mais tão enfatizada nas falas dos assentados devido às conquistas previdenciárias dos agricultores na década de 90. Apenas em dois casos, foi considerada o principal fator para avaliação negativa da situação por ser empecilho ao exercício das atividades agrícolas e pecuárias. Para um deles, “no começo estava bom, mas depois que cortei o braço....”. Esse senhor de cinquenta e seis anos recebe, desde o acidente, um salário mínimo como auxílio-doença, mas ressentido de não poder colaborar mais no cotidiano de seu lote. Já para Dona Maria, de cinquenta e quatro anos, a diabetes, a pressão alta e o colesterol alto são resultados das dificuldades vividas por ser assentada, pois justifica sua ausência de saúde talvez pela idade ou por ter lavado roupa durante dois anos no córrego do projeto de assentamento, até que a água encanada chegou à sua moradia. Importante ressaltar que, no caso dela, essas doenças não são consideradas pelo INSS como motivo para afastamento das atividades e, sendo assim, Dona Maria não é beneficiária da previdência social.

CONCLUSÕES

Se, na pesquisa de Mancuso (1975), a cidade ameaçava a identidade social dos atores rurais, hoje, segundo Ramiro (2008), a mesma torna-se a **definidora da construção social das novas identidades criadas com base no processo de reforma agrária** iniciado com a implantação de projetos de assentamentos rurais. Conforme abordagem do trabalho realizado na década de 70:

Entre os vários motivos apresentados pelos atores sociais para explicar o apego que sentem pela vida rural, o costume e o fato de terem nascido e crescido em um determinado local aparece repetidas vezes. [...] Desta forma, a identidade do ator rural se define com relação ao lugar onde está e onde sempre viveu. Seus valores, seus padrões de comportamento, sua visão de mundo que integram a sua personalidade foram por ele obtidos, através do processo de socialização, dentro dos limites do Sistema Social Rural. Sua concepção de liberdade assim construída ressalta a importância do Sistema Natural. A cidade, com seus valores e padrões de comportamento diferentes, ameaça à identidade social dos atores rurais. (MANCUSO, 1975, p. 134 e 136).

A comparação dos diferentes estilos de vida (citadino e campestre) acontece com base em enfoques subjetivos não mais referenciais/particularistas como outrora e, dessa maneira, o passar da *intuição* para a *vivência* refaz a identidade desses novos personagens do campo brasileiro, convergindo no conceito de agrupamento social que Ramiro (2008) chama

de **sociedade rural**. Isso porque, embora ocorra a valorização de aspectos rurais ainda similares aos de antigamente, como a valorização da tranquilidade do campo, da redução da violência no meio rural, da paisagem, do prazer do contato com as criações e cultivos, o conflito entre as vontades orgânica e essencial intensifica-se e altera a predominância de um pelo outro, invertendo o peso que os valores adquirem no processo da passagem da situação de indivíduo para *pessoa*. Como esclarece Merlo (1995, p.126):

A distinção entre vontade orgânica e vontade arbitrária não coincide exatamente com a distinção entre instinto e razão. Como não deixa de precisar o próprio Tönnies, tanto a orgânica quanto a arbitrária referem-se ao homem enquanto ser pensante; a diferença reside no fato de que, enquanto a vontade essencial engloba o pensamento, a racional existe unicamente como pensamento. Na essencial se manifesta o homem enquanto unidade de instinto, de sentimento, de pensamento; a vontade racional é o pensamento que segue independente dos impulsos da vida orgânica, persegue fins próprios. Não é possível compreender plenamente a posição de Tönnies se não considerarmos que ele vê na vontade essencial a manifestação da verdadeira natureza moral natural, exprime a bondade natural do homem, sua sociabilidade, sua inclinação ao altruísmo. Enquanto, quando é comandado pela vontade arbitrária, o comportamento do indivíduo se torna egoísta, utilitarista.

A decisão de retornar ou permanecer no campo reflete um estilo de pensamento que engloba, de modo dialético, o conflito entre os valores comunitários e societários, mas a *leitura da vida* no assentamento Nova Pontal mostra que predominam, ao menos durante a fase de pesquisa, os valores societários, regidos por relações motivadas pelo interesse, conforme análise racional das vantagens e desvantagens da cidade e do campo. Obviamente, os dois tipos de relações sociais, comunitárias e societárias, aparecem no assentamento. Importante se notar que esse desejo de retorno ao meio rural resulta, muitas vezes, **mais da desvalorização da vida na cidade do que da valorização da vida no campo**. É o que se vê claramente no depoimento de uma assentada de vinte e oito anos que analisa sua melhora de vida pela fala: *Antes passava dificuldade. Aqui passa, mas menos*. Ou outra, de uma mulher de trinta e quatro anos: *Porque em Rosana já passava necessidade. Aqui, com uma abobrinha, um quiabo, resolve*.

Os valores motivadores das ações em direção à vida campestre recaem basicamente em aspectos individualistas resultantes de histórias de vida difíceis na cidade. Mesmo que, para vinte e três assentados, a vida permaneça a mesma ou tenha piorado, quando indagados sobre a existência de vontade, ainda que temporária, de mudar do projeto de assentamento Nova Pontal, apenas quinze manifestaram essa intenção, tendo quatro destes dito que gostariam de permanecer na área rural, buscando apenas maiores áreas (três casos) ou vida rural com maior proximidade da cidade, ampliando a oportunidade da pluriatividade, como disse o Sr. José, de trinta e nove anos:

Iria para o cinturão verde (área beirando o Distrito de Primavera, município de Rosana). *Mais perto da cidade, mais chance de trabalho. É rural, mas é praticamente dentro da cidade.*

A migração, independentemente do sentido em que ocorra, põe em pauta o conflito das vontades humanas, na qual valores repulsivos e atrativos são avaliados e definidos pelos atores sociais para decidirem (quando possível) o destino mais favorável para sua vida e de sua família. Cidade e campo apresentam, cada qual de acordo com a história de vida de cada um, qualidades e deficiências. Permanecer em ou deixar um ambiente em prol do outro é resultado da avaliação que fazem dessa balança que ora repele, ora atrai com maior ênfase. Optar por um dos dois caminhos não elimina essa dualidade de forças opostas, pelo contrário, renova-a num movimento constante de reflexão e reafirmação ou negação dos valores adotados, afinal, a dialética faz parte da natureza humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CÂNDIDO, Antônio. *Os parceiros do Rio Bonito*: estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida. 7. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1987.
- MANCUSO, Maria Inês Rauter. *O fenômeno da permanência no sistema social rural*. 1975. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”/Universidade de São Paulo, Piracicaba.
- MARTINE, George (Org.). *Os impactos sociais da modernização agrícola*. São Paulo: Caetés, 1987.
- MARTINS, José de Souza. *Travessias*: estudo de caso sobre a vivência da reforma agrária nos assentamentos. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- MARTINS, José de Souza (Org.). A questão agrária no Brasil e as condições e possibilidades da reforma agrária. In: *A sociedade vista do abismo*: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. 2. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2002.
- MERLO, Valério. Rumo à origem da Sociologia Rural: vontade humana e estrutura social no pensamento de Ferdinand Tönnies. In: MIRANDA, Orlando (Org.). *Para ler Ferdinand Tönnies*. São Paulo: EDUSP, 1995, p. 121-133.
- RAMIRO, Patrícia Alves. *Assentamentos rurais*: o campo das sociabilidades em transformação. O caso dos assentados da Nova Pontal. 2008. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- TÖNNIES, Ferdinand. (1887) Comunidade e sociedade: textos selecionados. In: MIRANDA, Orlando (Org.). *Para ler Ferdinand Tönnies*. São Paulo: EDUSP, 1995, p.231-352.